

INFLAÇÃO, ÍNDICES DE PREÇOS E PERCEPÇÃO DA INFLAÇÃO

Augusto Cesar Dias¹

Lucy da Silva Fonseca²

Celso Sampaio Franco³

RESUMO: Este trabalho se propõe explicar os fatores que provocam a inflação e suas conseqüências. De forma geral, define-se inflação como um aumento generalizado e persistente dos preços. Estes, ao longo do tempo, tendem a ser alterados, uma vez que refletem as expectativas dos agentes econômicos diante da possibilidade da falta ou da sobra de produtos no mercado. Se o aumento dos preços se generaliza, os preços relativos ficam desalinhados e os indivíduos perdem a referência de valor para efetuarem os seus gastos. Como alternativa, elabora-se os índices de preços que podem, inclusive, servir como elemento de indexação da atividade econômica. Ainda que as fontes de inflação difiram em países e épocas diferentes, percebe-se a necessidade de criar um instrumento (índice de preços) para que se possa conhecer a variação conjunta de bens que são fisicamente heterogêneos e que variam a taxas distintas. Alguns índices têm períodos de coletas de preços diferentes, consideram faixas de rendas diferentes das famílias, cobrem regiões diferentes, têm maior ou menor abrangência em termos de região geográfica, etc. Por esta razão, um mesmo índice não deve ser aplicável para qualquer situação. Este estudo apresenta os diferentes números índices como elemento mensurador da inflação nos diversos segmentos de mercado. Por fim, faz referência ao problema da percepção, pelos agentes econômicos, da inflação divulgada nas suas cestas de consumo, principalmente se levarmos em conta diferentes microrregiões.

ABSTRACT: *This work aims at explaining the factors which cause inflation and its consequences. Generally, inflation is defined as a generalized and persistent increase of prices. These, as time goes by, tend to be altered, since they reflect the economic agents' expectations up against the possibility of the lack or leftovers of products in the market. If price increase generalizes, related prices become unlined up and people lose the value reference to effect expenses. As an alternative, prices indexes, which might also serve as an index of economic activity, are elaborated. In spite of the fact that the inflation sources differentiate in countries and distinct epochs, it may be noticed that there is a need of creating an instrument (prices index) in order to know the collective variation of consumer goods which are physically heterogeneous and vary according to distinct taxes. A number of indexes have different periods of price collection, take into consideration different family income ranges, cover different regions, are more or less wide-ranging in terms of geographic position, etc. For this reason, the same index should not be applied in any situation. This study presents the different indexes numbers as measurable elements of inflation in the several market segments. Finally, it makes reference to the perception problem, by economic agents, of the inflation spread in their consumption hampers, principally if we take into account the different micro-regions.*

Palavras-chave: Inflação; Índices de Preços; Percepção

Key-words: *Inflation; prices rates; perception*

¹ Bacharel em economia, UGF. MSc. em Engenharia de Produção, COPPE-UFRJ.

² Bacharel em economia, UFRRJ. MSc. em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ.

³ Bacharel em Estatística, ENCE. MSc. em Engenharia de Produção, COPPE-UFRJ.

INTRODUÇÃO

Na literatura econômica encontram-se denominações diferenciadas quanto às direções que os preços podem eventualmente seguir. Se, em um processo de crise, em que a alta generalizada dos preços realimenta continuamente esse processo, presencia-se o fenômeno da inflação. Por outro lado, caso os preços voltem aos níveis que eram praticados no início da crise, a este movimento, denomina-se desinflação. Se a queda dos preços perdura por tempo prolongado, convive-se com o fenômeno da deflação, que reflete, tanto quanto a inflação, um período de crise. Caso a economia volte a se recuperar com um movimento altista dos preços, *a posteriori* da deflação, caracteriza-se a redeflação. Neste artigo não serão discutidas essas especificidades. De forma geral, pode-se atribuir a movimentos crescentes dos preços, por inflação. Se o conceito de inflação é atribuído a uma alteração de preços para cima, *mutatis mutandis*, o movimento de queda destes pode ser abordado, genericamente, como deflação. Seja qual for o movimento dos preços, para cima ou para baixo, o fato é que estes movimentos se traduzirão, respectivamente, em perda real ou ganho real na utilização da moeda como unidade de medida.

Para acompanhar a evolução dos preços, trabalha-se com os números-índices, que têm como função precípua, medir a variação relativa dos preços dos bens e serviços em uma seqüência de períodos de tempo. Por outro lado, percebe-se um sentimento na sociedade de que os índices de preços divulgados pelos órgãos competentes, não refletem o que de fato as famílias experimentam em seus orçamentos domésticos. Se apenas um único produto é considerado, é inequívoca a conclusão quanto à magnitude da variação do preço. No entanto, trata-se de uma cesta de consumo composta por vários produtos que deve ser analisada em seu conjunto. Por conseqüência, os agentes econômicos deverão perceber diferenças entre a inflação divulgada e a inflação efetivamente experimentada em seus orçamentos domésticos.

Ainda que esteja presente este sentimento de não conformidade entre inflação medida e inflação percebida, o fato é que a inflação gera uma redução do poder de compra da moeda. Isto posto, quando os indivíduos perdem a confiança na moeda como instrumento de medida, as funções de intermediação de troca e reserva de valor também ficam afetadas. Há dois caminhos para analisar este fenômeno econômico: o primeiro, através da investigação dos fatores que podem desencadear o processo inflacionário; o

segundo caminho é identificar e interpretar os efeitos da elevação dos preços sobre as famílias e o sistema econômico.

Este referencial teórico buscará abordar estes dois lados, objetivando criar as bases para o trabalho empírico na microrregião da Zona da Leopoldina, que na primeira fase se ateve em testar a hipótese central de que a inflação divulgada via índice de preços, pelos órgãos competentes, não é percebida pelas famílias quando comparadas com a inflação vivenciada em seus orçamentos domésticos. Cabe destacar que índices importantes, enquanto indicadores sociais, tais como pesquisas mensais de emprego, de produção física, de desenvolvimento humano e demográfico, não são debatidos na sociedade, de uma forma geral, com tamanha evidência quanto os índices de inflação.

As causas da inflação

Em linhas gerais a escassez de produto leva ao aumento dos preços. Esta escassez pode ser conseqüência do excesso de demanda ou mesmo redução da oferta. As teorias disponíveis na literatura econômica que procuram explicar o fenômeno da inflação levam em conta fatores diferentes como causadores da situação de escassez que induzem, por conseqüência, um movimento ascendente dos preços. Em última análise, o que de fato dá suporte a alta dos preços está na oferta não atender a expectativa de consumo.

Algumas das principais causas da inflação e as distorções provocadas por altas taxas de inflação:

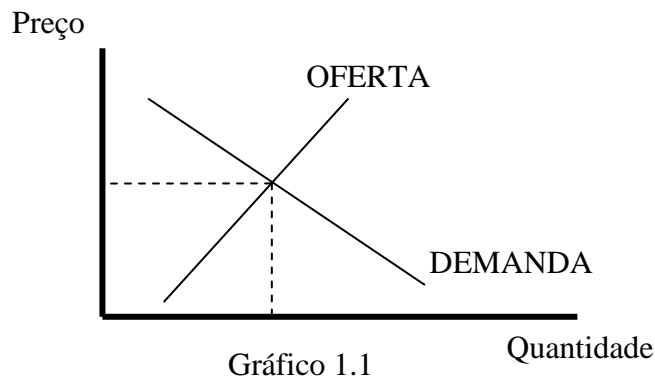
- Inflação de Demanda. Resultam de uma procura excessiva em relação à capacidade de oferta da economia.
- Inflação de Custos. Originário da expansão dos custos dos fatores mobilizados no processamento da produção
- Inflação Estrutural. Conseqüentes da baixa elasticidade da oferta dos produtos agrícolas, do desequilíbrio crônico do balanço de pagamentos, da desigual distribuição da renda e da riqueza e da rigidez e tendência expansionista do orçamento público.
- Inflação Inercial. Fundamenta-se na capacidade de autopropagação da inflação e na prática generalizada da propagação da indexação.

Conforme Marchetti (apud SOUZA, 1997, p. 249), “*a origem de uma inflação de demanda pode surgir de vários fatores: (1) aumento na propensão a consumir, (2)*

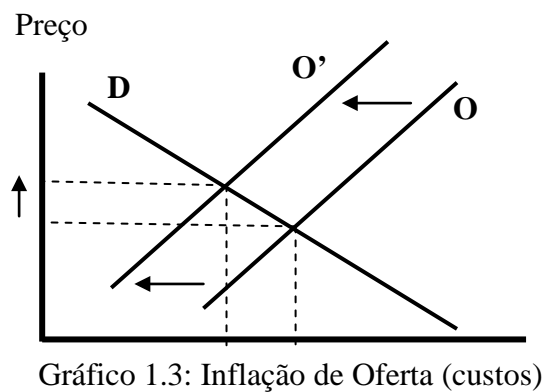
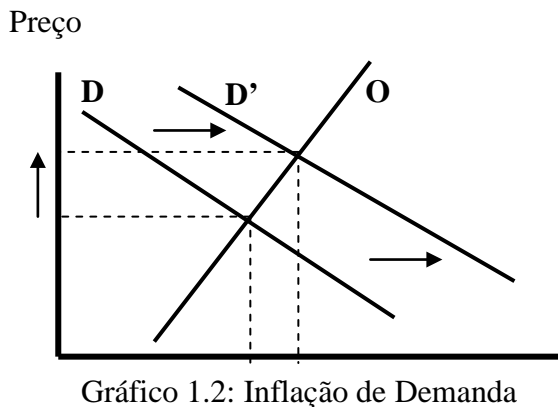
aumento nos gastos do governo, (3) aumento da oferta de moeda, (4) aumento das exportações e (5) aumento dos gastos autônomos de investimentos”.

Ainda segundo Marchetti:

“a inflação de custos, no entanto, age sobre a oferta agregada. A inflação de custos pode ter origem em aumentos de salários, sem ter havido previamente aumento da produtividade da mão-de-obra, e aumentos de preços administrados de matérias-primas, por ocorrência de choques de oferta causados, por exemplo, por safras agrícolas insuficientes ou por forte elevação do preço da matéria-prima básica, como petróleo” (op. cit., p. 250).



Partindo-se de um preço já estabelecido pela atuação da oferta e da demanda no mercado, conforme o gráfico 1.1, a inflação de demanda seria então causada pelo deslocamento da curva de demanda agregada (D) para a direita (D') e a inflação causada pela oferta ocorreria pela pressão no preço em função do deslocamento da curva de oferta (O) para a esquerda (O'), conforme demonstrado nos gráficos 1.2 e 1.3, a seguir:



Em Vasconcellos e Luque:

“o debate que dominou a partir dos anos 1950, principalmente na América Latina, envolveu as chamadas correntes estruturalistas e monetaristas de combate à inflação. Costuma-se associar a corrente estruturalista à Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), influenciada pelas idéias do economista argentino Raul Prebisch, e a corrente monetarista à política preconizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), baseada em grande parte, nas idéias de Milton Friedmam, da Universidade de Chicago” (2005, p. 344).

A teoria monetarista

A chamada corrente de pensamento monetarista afirma que a expansão da oferta de moeda provoca a elevação dos preços se não houver uma oferta satisfatória de bens para atender ao conseqüente aumento da demanda proveniente da maior quantidade de dinheiro em poder da população. De fato, qualquer aumento da oferta de moeda gera uma pressão positiva nos preços, pois a produção, em curto prazo, não responde simultaneamente à elevação da demanda.

A base do argumento monetarista encontra-se na teoria quantitativa da moeda. Conforme esta abordagem, a procura por moeda deve ser proporcional ao produto, e a equação da oferta de moeda torna-se:

$$M.V = Y.P$$

Onde:

M é a oferta de moeda

V é a velocidade de circulação da moeda (corresponde ao número de transações que são liquidadas com a mesma unidade de moeda em certo período de tempo – número de giros que a moeda dá)

Y é a quantidade de produtos

P é o nível geral de preços

Em curto prazo, a velocidade da moeda e a quantidade produzida é dada como constante. Logo, qualquer aumento na quantidade de moeda, acarreta elevação dos

preços. Para os monetaristas, a oferta de moeda é uma variável exógena, cuja determinação depende da política monetária dos governos. Uma vez que esta corrente atribui exclusivamente à moeda o aumento dos preços, o controle da inflação resume-se ao controle da oferta de moeda.

A teoria de Keynes

Esta corrente explica a inflação como causada pelo excesso de demanda, quando os gastos dos agentes econômicos excedem a oferta de produto que, para uma determinada capacidade de produção – fixa no curto prazo –, o governo aumenta sua despesa sem reduzir a despesa privada correspondentemente. Diferentemente da teoria monetarista, o problema não está no governo operar com déficit ou superávit orçamentário. O foco está voltado para a capacidade potencial de produção. Se o volume dos gastos governamentais for demasiado, se comparado com a capacidade potencial e admitindo a economia operando próxima ao pleno emprego, os gastos do governo geram pressão inflacionária. Havendo aumento da despesa, o valor da produção deve ser aumentado no mesmo montante, uma vez que despesa e valor da produção se identificam. Como o volume de produção é constante, no curto prazo, o que se verifica, de imediato, é a alta generalizada dos preços.

A teoria estruturalista

Para estes pensadores, a inflação tem origem na estrutura imperfeita das economias que operam com pontos de estrangulamentos entre os setores produtivos. Mais precisamente, o setor agrícola e sua dificuldade de atender ao aumento da demanda por alimentos nas cidades provocam a elevação dos preços nestas áreas. Os trabalhadores, por sua vez, pressionam por mais salários na tentativa de sustentar seu poder de compra e estes aumentos salariais, ao serem repassados para os preços, alimentam o processo inflacionário.

A teoria neo-estruturalista

Em contraponto a teoria convencional da inflação, monetarista ou Keynesiana, surgiu na América Latina, no início dos anos 1980, a teoria da inflação autônoma ou

inercial. Em acordo com os estruturalistas, aceitava-se a idéia de que a inflação tivesse origem em pontos de estrangulamento na oferta de certos bens e serviços. Estes entendiam que a inflação poderia surgir como um mecanismo de defesa da economia. Inácio Rangel ao interpretar a inflação brasileira, considerava-a não como uma consequência de uma demanda em ascensão, mas como resultado dos desequilíbrios da economia, que se manifestava por meio da recessão e da própria inflação. Os agentes econômicos com maior poder de monopólio, em período de recessão, para se protegerem da possibilidade real de redução do lucro, majoram os seus preços, retroalimentando o processo indefinidamente. Neste sentido, em período de crise a inflação acelera e, quando a economia volta a se recuperar a inflação reduz o seu ritmo. Rangel deu um passo importante na compreensão das relações entre inflação e a moeda. Contrariamente à teoria monetarista e Keynesiana, a oferta da moeda é endógena. Não é o aumento da quantidade de moeda que gera a inflação, pelo contrário, o aumento da inflação, provocada pelo poder de monopólio e pela necessidade de redução das crises cíclicas, é quem induz o aumento da oferta de moeda.

A teoria administrativa

A inflação é causada pelo poder de monopólio das empresas, que lhes permite aumentar seus preços independentemente das condições do mercado. Ela é fruto das estratégias das empresas oligopolistas que objetivam a manutenção de suas margens de lucro, mesmo em períodos de recessão econômica, conforme preconiza a teoria neo-estruturalista. Ao incidirem uma margem de lucro sobre o somatório dos custos, o preço final, a cada acréscimo nos custos, sempre aumentará, de modo que o lucro determinado permaneça;

Como descrito por Luque e Vasconcellos:

“o diagnóstico estruturalista, para o processo inflacionário em países subdesenvolvidos, pressupõe que a inflação esteja associada estreitamente a tensões de custos, causadas por deficiências da estrutura econômica. Enquanto o diagnóstico monetarista localiza no desequilíbrio do setor público a principal causa da inflação, os estruturalistas procuram preservar o Estado, imputando ao comportamento do setor privado

(latifundiários, oligopolistas, entre outros), o fato gerador da inflação crônica na América Latina” (2005, p. 344).

Os fatores aceleradores da inflação

Um componente alimentador da inflação constitui a expectativa dos indivíduos quanto às variações positivas dos preços. Neste caso, a reação dos indivíduos pode manifestar-se de duas formas:

- pela expectativa adaptativa, os indivíduos avaliam suas decisões de preço no passado e consertam os seus erros de previsão através da inclusão de um fator de correção na formação dos preços presentes. Desta maneira, adaptam-se às condições atuais do mercado;
- pela expectativa racional, os agentes econômicos reúnem todas as informações que conseguirem e, a partir delas, determinam seus preços, esperando que as possibilidades de erro e incerteza fiquem próximas a zero. Naturalmente, acreditam terem interpretado corretamente todas as informações. Mais ainda, a tese racional pressupõe que o indivíduo entenda perfeitamente as questões econômicas e suas variações. À medida que a realidade econômica se altera e novas informações surgem, os indivíduos vão revendo suas interpretações e decisões, condicionando-se à nova situação vigente.

Os Fatores mantenedores da inflação

Além dos fatores aceleradores da inflação, deve-se atentar aos aspectos que permitem que a inflação se mantenha. O foco principal está no conflito distributivo entre os agentes econômicos para manter sua participação na renda. Os ajustes de preços se dão de forma defasada no tempo, o que significa que os preços relativos são continuamente equilibrados e desequilibrados.

Os efeitos da inflação

Os principais efeitos da inflação podem ser encontrados em diversas situações:

- perda do poder de compra para aqueles que – como é o caso dos assalariados – não conseguem reajustar seus preços na mesma velocidade e proporção que os outros. O resultado final é o empobrecimento desta parcela da população;
- a disputa pela renda ou o conflito distributivo. Em um ambiente inflacionário há uma transferência de renda das classes sociais mais baixas para aquelas de renda mais alta. A inflação, desta forma, alimenta o conflito distributivo, pois trabalhadores e empresas passam a disputar a renda através dos reajustes dos preços e salários. Sustentam seus ganhos os que conseguem acompanhar a evolução dos preços, através de reajuste dos seus próprios valores;
- a perda da capacidade de planejar financeiramente as atividades. A aceleração dos preços impede que os indivíduos possam fazer seus orçamentos, pois os valores discriminados a cada momento não permanecem;
- imperfeições na alocação relativa dos recursos produtivos. Os indivíduos direcionam, na medida do possível, a maior parte de sua renda em ativos que lhe proporcionem proteção contra a inflação, tais como imóveis e terras, em detrimento de investimentos produtivos que proporcionem o aumento da capacidade de produção;
- perda de referência da moeda enquanto reserva de valor. Os agentes econômicos, em período de inflação alta, tendem a se livrar imediatamente dos recursos monetários que dispõem, para reduzir as perdas de riqueza associadas à redução do poder de compra enquanto não realizam gastos em aquisição de bens e serviços;
- incerteza nos negócios. A inflação, quando alta, acarreta imprevisibilidade nos investimentos. Este componente gera expectativas de incerteza nos negócios, reduzindo os investimentos e compromete o crescimento da economia;
- perda de referência da moeda enquanto unidade de medida. Com a elevação da inflação, a moeda deixa de ser um parâmetro aceitável como mensurador de valor de um bem ou serviço;
- perda da função de troca. Em regime de inflação alta e duradoura, os indivíduos tendem a rejeitar a moeda como meio de pagamento. A perda do valor da moeda leva os agentes econômicos a aceitar ativos reais, substituindo a moeda, como mecanismo de proteção da inflação;

- agravamento do déficit no Balanço de Pagamentos. Se a inflação interna for superior à inflação externa, o produto nacional fica relativamente mais caro que o produto produzido externamente. As exportações diminuem e as importações se expandem contribuindo para o aumento do déficit do Balanço de Pagamentos;
- os reflexos no mercado de câmbio. Se o país apresenta déficit cambial, as autoridades, na tentativa de minimizá-las, promovem a desvalorização do câmbio para estimular as exportações e desestimular as importações. No que se refere aos produtos importados essenciais, dos quais não se pode prescindir, estes se tornarão mais caros contribuindo para o aumento dos custos de produção, que, por sua vez, pressiona o aumento dos preços, tornando-se um círculo vicioso.

A convivência da inflação em uma economia de mercado provoca um comprometimento no processo de alocação dos recursos produtivos. Na prática, ainda que se conviva com uma inflação residual, ou próxima de zero, o sistema de preços não é eficiente o bastante para propiciar satisfação máxima aos atores que participam na economia, uma vez que os mercados não são perfeitos.

As conseqüências da inflação devem variar de acordo com a intensidade e com a velocidade do processo de alta. Dependendo da intensidade da inflação e dos mecanismos de defesa acionados, os efeitos redistributivos sobre a renda agregada e as riquezas acumuladas podem ser de proporções significativas, que, no limite, poderá destruir as bases do ordenamento econômico, ao atingirem as funções monetárias ou a confiança do público em quaisquer formas de haveres financeiros. Entre os efeitos pode-se citar: a destruição da moeda; destruição da estrutura e da logicidade do sistema de trocas; desarticulação de suprimentos nas cadeias de produção; regressão das atividades produtivas à linha de subsistência; queda do nível de emprego; ruptura do tecido social; etc.

Os Índices de Preços

A mensuração da inflação se faz através de números-índices, calculados a partir de preços coletados em intervalos de tempo regular, ponderados por suas relativas importâncias nos agregados a que se referem atendendo a diferentes objetivos e têm diferentes níveis de abrangência setorial ou espacial.

Os índices de preços verificam a diferença entre os preços atuais e os de um ano escolhido (ano-base). O índice de preço expressa o custo atual de uma cesta de produtos como porcentagem do seu custo no ano-base.

Um dos aspectos importantes a ser levado em conta em relação aos números índices é que eles se apresentam como uma referência importante de variação dos preços, que permite por sua vez, a possibilidade da sociedade se defender contra a exploração inflacionária via a indexação.

Entre os diversos índices podem-se citar os listados na tabela abaixo, que são calculados com metodologias diferentes em função de suas especificidades.

Principais Índices de Preços				
Índice/Entidade	Período de Coleta	Local de Pesquisa	Orçamento Familiar em Salários Mínimos	Utilização
IPCA Especial - IBGE	Dias 16 a 15	11 regiões	1 a 40	UFIR
IPCA – IBGE	Mês completo	11 regiões	1 a 40	genérico
INPC - IBGE	Mês completo	11 regiões	1 a 8	genérico
IGP – FGV	Mês completo	RJ/SP e 10 regiões	1 a 33	contratos
IGP-M – FGV	Dias 21 a 20	RJ/SP e 10 regiões	1 a 33	contratos
IGP-10 – FGV	Dias 11 a 10	RJ/SP e 10 regiões	1 a 33	antecipação do IGP
IPC - FIPE	Mês completo	São Paulo	1 a 20	contratos
ICV - Dieese	Mês completo	São Paulo	1 a 30	acordos salariais

O Problema dos Índices de Preços

Os índices de preços não levam em conta com precisão alterações da qualidade e, conseqüentemente, superestimam o aumento dos preços, isto é, por vezes, o aumento do preço pode ser reflexo de um aumento de qualidade de um produto, o que não significa necessariamente variação de preço sem alteração da composição do produto. Para efeito de comparação temporal da evolução dos preços, o ideal seria levar em conta

uma alteração de preço sem modificação do produto quanto a sua composição e apresentação. Não se pode afirmar que o preço está mais elevado ou reduzido quando algum componente intrínseco à oferta do produto está modificado. Ainda que haja uma alteração no valor absoluto da mercadoria, o valor relativo não é avaliado porque não há como fazer inferência na relação custo-benefício através do índice de preço. Se, por exemplo, os preços em determinado ano estão 10% mais caro em relação ao ano anterior e os consumidores obtiveram 10% a mais em termos de qualidade, de modo que o verdadeiro custo de vida não sofra alteração, o índice de preços irá registrar um aumento nos preços superestimando o aumento do custo de vida.

Outro aspecto que o índice de preço ignora é a alteração no padrão de consumo. De acordo com a lei da demanda, quando os preços dos produtos sobem, o consumo diminui. Dessa forma, os consumidores parcialmente compensam o impacto do aumento de preço em seu custo de vida. De forma geral, as famílias procuram adaptar as suas necessidades de consumo aos seus níveis de renda. Eventualmente, quando determinada cesta de consumo tem um custo alterado, as famílias praticam alterações na composição da cesta, levando-se em conta não somente quantidades adquiridas, como também inserindo produtos “novos”, substitutos, que forneçam efeitos similares quanto à satisfação esperada em relação ao consumo.

Os números índices são construídos segundo critérios diversos. Eles não se referem apenas a um produto, mas sim a uma cesta que possua um conjunto de bens estabelecendo-se uma ponderação para cada um deles, levando-se em conta as grandes classes em que os mesmos se agrupam, tais como vestuário, alimentação, higiene, educação, etc. Esta ponderação, que é feita com base em pesquisas de campo, por amostragem, deve ter como base a classe de renda das famílias na região geográfica onde é realizada a pesquisa. Por exemplo, famílias de classe de renda baixa têm nos alimentos, principalmente os mais populares, um peso muito maior do que aquele obtido caso a amostra fosse feita entre membros de família com maior poder aquisitivo, que têm na sua pauta de consumo, importância menor uma vez que itens como lazer, cultura e educação consomem em maior proporção o orçamento doméstico. As ponderações devem variar em função dos hábitos de consumo de cada faixa da população ou região geográfica de onde se extraiu a amostra. Se levado ao máximo de rigor, pode-se afirmar que cada família tem o seu índice de preços, pelo menos nas classes média e alta, uma

vez que nas famílias de baixa renda, por falta de alternativas, os padrões de consumo tendem a se igualar.

Método de Cálculo dos Índices de Preços

Para se calcular um número-índice (índice de preços), são necessários três componentes:

- a variação de preços no período;
- a importância relativa de cada produto ou serviço no orçamento do consumidor no período levado em conta;
- a fórmula de cálculo.

Procedimento padrão para construir um índice de preços para um determinado ano, em relação há um ano-base:

$$\frac{\text{custo da cesta no ano T}}{\text{custo da cesta no ano-base}} \times 100$$

Procedimento padrão para medir a taxa de inflação:

$$\text{Taxa do ano T} = \frac{P(\text{ano T}) - P(\text{ano T} - 1)}{P(\text{ano T} - 1)} \times 100$$

$P(\text{ano T})$ = índice de preços do ano T

$P(\text{ano T} - 1)$ = índice de preços do ano anterior

Percepção da inflação através dos índices de preços

Levando em conta que os índices de preços não são auto-aplicáveis para qualquer realidade, as famílias não conseguem associar os diversos índices divulgados às suas realidades de consumo. Além disto, verifica-se um hiato entre a inflação divulgada e a inflação percebida no orçamento doméstico do consumidor, ainda que ele

utilize o índice correto para medir a variação dos preços na sua cesta de consumo. Este aspecto está relacionado com o levantamento das variações dos preços, que é realizado em termos de macro-região, e a participação efetiva do orçamento do consumidor na micro-região em que ele atua.

Estas ocorrências não comprometem a validade do índice divulgado uma vez que os índices são propostos como indicadores de variação média dos preços e não se prestam a serem aplicados em amostras específicas. Por outro lado, o indicador geral não deve ser díspare quando este for comparado nos limites de um universo que envolve um conjunto de famílias, ainda que estejam localizadas em determinadas micro-regiões.

Baseado na percepção de vários agentes econômicos reclamarem que a inflação divulgada não retrata a experimentada desenvolveu-se um estudo investigativo, que ratifique ou não, a suposição de percepção diferenciada, na comunidade que utiliza o espaço acadêmico do Centro Universitário Augusto Motta, uma vez que a instituição recebe famílias que residem no seu entorno, representando, aproximadamente, 20% do contingente do corpo discente, conforme Avaliação Institucional de 2002, 2003 e 2004.

O instrumento utilizado para a investigação envolveu questões voltadas para a frequência de compras, se as compras são realizadas no mesmo estabelecimento comercial, se fazem pesquisas de preços, se têm noção do significado, ainda que superficialmente, sobre os índices de preços, entre outros.

Os dados pesquisados devem reunir elementos suficientes para sugerir prováveis discrepâncias na a inflação medida pelo INPC (indicador de variação de preços para macro-regiões) quando for o caso de aplicar em micro-regiões, além da possibilidade de detectar a não percepção dos índices divulgados por institutos de pesquisa pelas famílias e se elas são coerentes, quando afirmam que os índices não correspondem à inflação percebida, etc.

A pesquisa deve fornecer subsídios que justifique a iniciativa de levantá-lo dentro da região da Zona da Leopoldina, podendo-se inferir se o índice geral reflete ou não a realidade dos fatos quando aplicado no contexto de uma microrregião. A partir deste ponto poderá ser sugerido o levantamento das variações dos preços, de forma sistemática, nas microrregiões, gerando índices regionais, de forma que as famílias possam ter uma leitura mais próxima de como se comporta a inflação no interior de microrregiões, podendo-se medir a real perda do poder aquisitivo de famílias, quando utilizados em situações mais específicas, como, por exemplo, a inflação na Zona Oeste, Leopoldina, Rural, Norte, Sul, Baixada Fluminense, entre outras.

Bibliografia

VASCONCELLOS, Marco A. S.; LUQUE, Carlos A. Considerações sobre o problema da inflação. In: PINHO, Diva Benevides (Org.). **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Cap. 17, p. 336 – 351.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de Economia**. 2 ed. São Paulo. Ed. Saraiva, 2004.

WESSELS, Walter J. **Economia**. 1 ed. São Paulo. Ed. Saraiva, 1998.

GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de Economia Política**. 18ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.

O'SULLIVAN, Arhur; SHEFFRIN, Steven M.; NISHIJIMA, Marislei. **Introdução à Economia: Princípios e Ferramentas**. Tradução: Maria Lúcia Leite Rosas. São Paulo: Ed. Pearson Prentice Hall, 2004.

MARCHETTI, Valmor. Teorias da inflação. In. SOUZA, Nali de Jesus (Coord.). **Introdução à Economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas. 1997. cap.9, p. 248 -255.

www.dieese.org.br. Publicação DIEESE. Cesta Básica Nacional.

www.bancocentral.gov.br. Publicação Banco Central do Brasil. IPCA, IPC – FIPE e IPC-BR: Diferenças Metodológicas e Empíricas.

www.bancocentral.gov.br. Publicação Banco Central do Brasil. Trabalhos para Discussão: Uma Definição Operacional de Estabilidade de Preços.

www.fgv.br. FGV. Índice Nacional de Preços.

www.fgv.br. Índices Gerais de Preços.

www.ibge.gov.br. Índice de Preços ao Consumidor.